

COMPLEXIDADE GEOECONÔMICA E AS ANÁLISES GEOGRÁFICAS REGIONAIS

<https://doi.org/10.4215/rm2024.e23032>

Von Dentz, E. ^{a*} - Espíndola, C.J. ^b

(a) Doutor em Geografia

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0280-1149>. **LATTES:** <http://lattes.cnpq.br/8113401938536552>.

(b) Doutor em Geografia Humana

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5857-6067>. **LATTES:** <http://lattes.cnpq.br/6095662282501301>.

Article history:

Received 11 October, 2024

Accepted 12 October, 2024

Published 10 December, 2024

(*) CORRESPONDING AUTHOR

Address: UFC. Campus do Pici, Bloco 911, CEP: 60.440-900, Fortaleza (CE). Tel: (+55 85) 3366-9855

E-mail: eduardovondentz@hotmail.com

Resumo

O objetivo do artigo é desvendar a complexidade geoeconômica em economias de aglomeração regionais. Para este artigo, o recorte espacial se dá sobre a região Oeste catarinense. O cruzamento do referencial bibliográfico com os dados empíricos da pesquisa teve como resultado principal a quebra do estereótipo de que a região em análise é especializada pura e simplesmente na produção agroindustrial. Na verdade, trata-se de uma dinâmica geoeconômica complexa, especializada e diversificada; diante da verificação do transbordamento de capital agroindustrial para outros setores produtivos, tais como: máquinas e equipamentos, metal mecânico, energia renovável, tecnologias de produção frigorífica, investimentos imobiliários e outros. Diante disso, chegou-se a identificação de quatro economias de aglomeração com diferenças e semelhanças do ponto de vista produtivo, quais sejam: Chapecó e Xanxerê, Concórdia e Joaçaba, Videira e Caçador e, por fim, São Miguel do Oeste. Metodologicamente a pesquisa considera três passos: 1) levantamento bibliográfico e de dados; 2) trabalhos de campo e visitas técnicas; 3) organização, cruzamento e qualificação dos dados levantados.

Palavras-chave: Complexidade Geoeconômica; Economias de Aglomeração; Oeste Catarinense.

Abstract / Resumen

GEO-ECONOMICS COMPLEXITY AND THE REGIONALS GEOGRAPHIC'S ANALYSIS

The goal of the paper is to unravel the geo-economic complexity of regional agglomeration economies. For this one, the spatial focus is on the western region of Santa Catarina. The main result of cross-referencing the literature with empirical research data was to break the stereotype that the region under analysis is specialized purely and simply in agro-industrial production. In fact, it is a complex, specialized and diversified geo-economic dynamic; given the overflow of agro-industrial capital into other productive sectors, such as machinery and equipment, mechanical metal, renewable energy, meat production technologies, real estate investments and others. This led to the identification of four agglomeration economies with differences and similarities from a production point of view: Chapecó and Xanxerê, Concórdia and Joaçaba, Videira and Caçador and, finally, São Miguel do Oeste. Methodologically, the research considers three steps: 1) bibliographic and data collection; 2) fieldwork and technical visits; 3) organization, cross-referencing and qualification of the data collected.

Keywords: Geo-Economics Complexity; Agglomeration of Economy; West of Santa Catarina.

COMPLEXIDAD GEOECONÔMICA Y LAS ANÁLISIS GEOGRÁFICAS REGIONALES

El objetivo del artículo es revelar la complejidad geoeconômica en economías de aglomeración regionales. Para el presente artículo, el recorte espacial es la región Oeste del estado de Santa Catalina. El cruzamiento del referencial bibliografico con los datos empíricos de la pesquisa tubo como resultado principal la quiebra del estereotipo de que la región en análisis es especializada solamente en la producción agroindustrial. En verdad, se trata de una dinámica geoeconômica complexa, especializada y diversificada; frente la verificación del desbordamiento del capital agroindustrial para otros sectores productivos, cómo: máquinas y equipamientos, metal mecánico, energía, tecnologías de producción frigorífica, inversiones inmobiliarias y otros. Frente al expuesto, se llegó a la identificación de cuatro economías de aglomeración con especificidades y semejanzas del punto de vista productivo, cual sea: Chapecó y Xanxerê, Concórdia y Joaçaba, Videira y Caçador y, en fin, São Miguel del Oeste. Metodológicamente la pesquisa consideró tres pasos: 1) levantamiento bibliográfico y de datos; 2) trabajos de campo y visitas técnicas; 3) organización, cruzamiento y cualificación de los datos levantados.

Palabras-clave: Complejidad Geoeconômica; Economías de Aglomeración; Oeste de Santa Catarina.

INTRODUÇÃO

A dinâmica geoeconômica recente do Brasil permite inferir que no período 2003-2014, a intervenção do Estado nos investimentos diretos e nas parcerias estabelecidas com a iniciativa privada proporcionaram ao país alcançar diferentes feitos, quais sejam: o “pleno emprego”, a elevação gradativa do poder de compra do salário mínimo, a diminuição da taxa de juros, a valorização da moeda nacional (Real) em relação ao Dólar norte americano, o aumento do número e a qualificação dos centros de pesquisa, inovação e tecnologia; a expansão da rede de qualificação de ensino profissional técnico, a melhoria no sistema rodoviário e elétrico, o crescimento da produção agropecuária e da indústria, o crescimento do comércio, a ampliação dos serviços públicos (saúde, educação, seguridade social, etc.), dentre outros.

Esse crescimento mostrou-se mais dinâmico em relação ao que foi a economia brasileira da década de 1990 (BIELSCHOWSKY, 2014). Em decorrência desse dinamismo, houve um espraiamento de capital, em diferentes intensidades, nas economias regionais situadas no interior do Brasil (no entanto, há casos específicos em que determinadas regiões, apesar do referido dinamismo econômico, continuaram em situação econômica de estagnação). Em muitos casos o crescimento foi fomentado a partir das capacidades produtivas instaladas, novas tecnologias e inovações em processo e produto, novas relações entre a iniciativa pública e a privada, dentre outros.

Neste sentido, Diniz e Mendes (2021) analisaram o comportamento da dinâmica econômica no Brasil e sinalizaram, a partir de 2003, para um alargamento do polígono das principais áreas industriais que antes se adensava nas capitais das regiões Sudeste e Sul do Brasil. Dentro do novo polígono foram implantadas novas Áreas Industriais Relevantes (AIRs) criadas no período 2003-2014 (superando os critérios de divisão territorial até então utilizados em macrorregiões e estados federados, Diniz (1993) e Diniz e Crocco (1996) propuseram um critério de regionalização alternativo. Tomaram o recorte das microrregiões geográficas do IBGE e denominaram aglomerações industriais relevantes (AIRs) aquelas microrregiões com mais de 10 mil empregos industriais (DINIZ e MENDES, 2021, p. 8)). Essas áreas contemplam, por exemplo, a região Oeste catarinense (delimitada pelo IBGE (1990), a mesorregião Oeste catarinense abrange 118 municípios (VON DENTZ, 2022) – Figura 1), sobre a qual debruça-se a atenção no presente manuscrito.

As AIRs abarcam atividades industriais de tecnologia mais evoluída, envolvendo uma capacidade de integração e multiplicação de processos produtivos mais abrangentes, a exemplo do que são os segmentos industriais metal mecânico, elétrico, químico e imobiliário. Na região Oeste catarinense, por outro lado, também surgiram e ampliaram-se as atividades industriais ligadas ao processamento de carnes, beneficiamento de cereais, máquinas e equipamentos de longa duração, insumos agrícolas, papel e celulose, matérias têxteis, geração de energia (hidroelétrica, solar e bioenergia), sistemas de irrigação, sistemas de resfriamento e transporte de produtos alimentícios, dentre outras. Trata-se de uma nova composição de atividades econômicas mais complexas, presentes em aglomerações econômicas que se formaram na região e em decorrência do seu próprio desenvolvimento passaram a caracterizar as AIRs em regiões interioranas, como é o caso do Oeste catarinense.

Diante disso, considerando que a região Oeste catarinense tenha passado a fazer parte das AIRs (DINIZ e MENDES, 2021), o objetivo do presente artigo é desvendar a complexidade geoeconômica presente nas economias de aglomeração da mesorregião Oeste catarinense (Figura 1). Metodologicamente, levou-se em consideração três passos: 1) levantamento bibliográfico e de dados; 2) trabalhos de campo e visitas técnicas; 3) organização, tratamento e cruzamento dos dados levantados em gabinete e em campo.

O chegar no objetivo estabelecido, o artigo foi dividido, além desta introdução e das considerações finais, em duas partes estruturantes: primeiro é feito um resgate histórico de base bibliográfica sobre a nova geografia econômica regional e complexidade geoeconômica; a segunda parte apresenta uma aproximação empírica da região em estudo, com vistas a desvendar as características da chamada complexidade geoeconômica da região Oeste catarinense.

Na Figura 1 apresenta-se a localização geográfica da mesorregião Oeste catarinense.

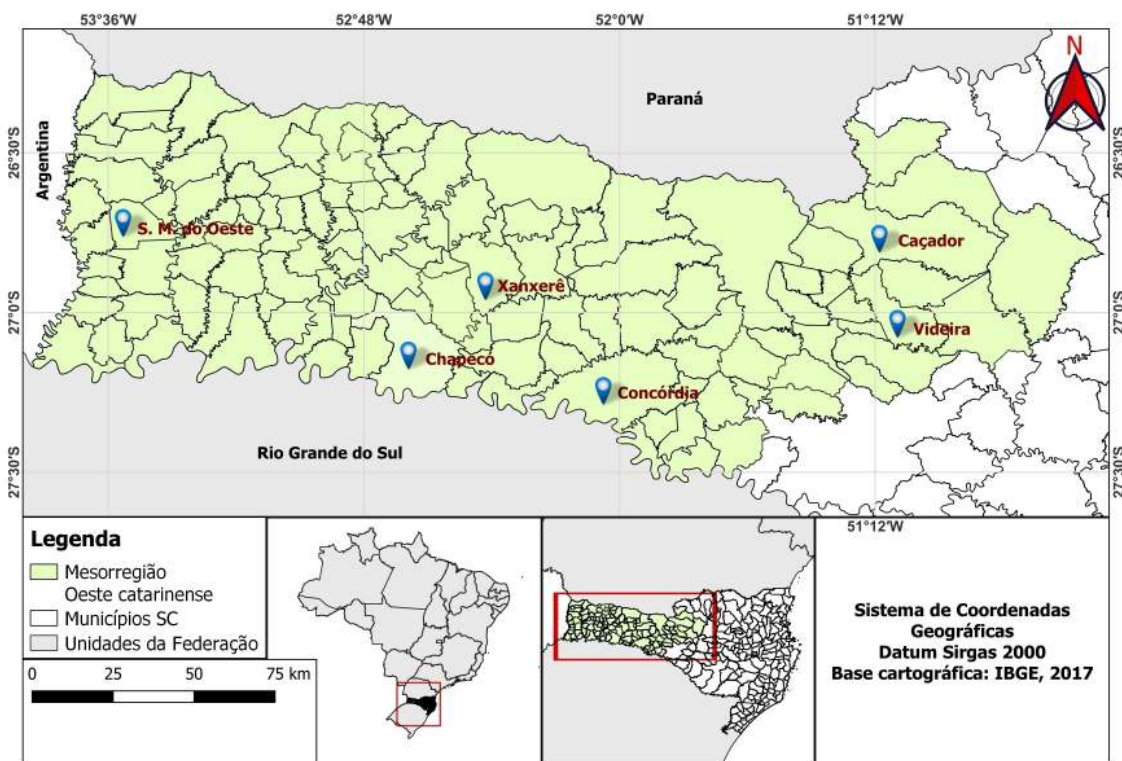


Figura 1- localização geográfica da mesorregião Oeste catarinense e suas principais cidades Fonte: base cartográfica do IBGE. Elaboração dos autores.

NOVA GEOGRAFIA ECONÔMICA REGIONAL E COMPLEXIDADE GEOECONÔMICA: GÊNESE E BREVE ESTADO DA ARTE

Pode-se afirmar que é inexistente uma abordagem única sobre economia regional e complexidade econômica. Da mesma forma, é difícil na área da ciência geográfica encontrar textos que articulam os dois referidos conceitos. O que existe é uma diversidade de óticas, que tentam capturar a complexidade dos fenômenos econômicos na geografia das mais diversas regiões produtivas do Brasil e do mundo. No entanto, de acordo com Corrêa (2000), a análise regional se constitui numa tentativa de introdução da dimensão espacial nos estudos econômicos.

A distância física, neste sentido, é uma variável fundamental, atribuindo-se a ela enorme peso no processo locacional das atividades econômicas e das cidades, capazes de gerar algum desenvolvimento econômico, tais como custos de transferência, interações espaciais, uso da terra, dentre outros. Por outro lado, está claro que a evolução tecnológica ocorrida nos sistemas de transportes e nos sistemas de comunicações, tornou a distância física uma variável nem sempre fundamental para as decisões empresarias.

Neste contexto, diante da importância das diferentes correntes de pensamento na literatura sobre geografia econômica regional e economia regional, foram identificados dois grandes grupos teóricos que merecem destaque: 1) as teorias clássicas de localização que se desenvolveram de maneira relativamente contínua desde a publicação de *Der isolierte Staat in Beziehung auf Landschaft und Nationalökonomie* (VON TÜNEN, 1826) até a publicação de *Location and space economy* (ISARD, 1956); 2) as teorias de desenvolvimento regional com ênfase nos fatores de aglomeração, inspiradas em Marshall e Keynes, nascidas a partir de 1950, cujas principais referências que enfatizaram de uma ou de outra maneira o desenvolvimento econômico regional são: *Note sur la notion de pôle de coïssance* (Perroux, 1955),

Economic theory and underdeveloped regions (MYRDAL, 1957), The strategy of economic development (Hirschman, 1958) e Location theory and regional economic growth (NORTH, 1955).

De acordo com Monasterio e Cavalcante (2011), entre 1950 e 1980 os estudos sobre desenvolvimento econômico regional perderam força e voltaram a ser alvo de inúmeros pesquisadores após 1980. A partir daí, começaram a nascer esforços para abordar conceitos como aglomeração e custos de transporte, através de fórmulas matemáticas que visaram ampliar as discussões sobre desenvolvimento econômico regional. Isso ocorreu no âmbito da denominada “nova geografia econômica”, com objetivo de incorporar aspectos nas análises até então realizadas sobre o tema.

Consequente, chega-se ao período em que a produção teórica sobre economia regional assume uma face mais interdisciplinar, com a inserção de uma diversidade cada vez maior de referências. Ao mesmo tempo em que isso pode ser visto como positivo, também deve-se ressaltar que a ampliação do uso de referências dificultou o estabelecimento de um fluxo contínuo na construção do pensamento sobre economia regional. No bojo desta contextualização, elaborou-se um esquema (Figura 2) que detalha os dois principais grupos teóricos que versam sobre um conjunto de temas que vão ao encontro da discussão sobre o que estamos chamando de complexidade geoeconômica. Os autores e temas da figura 2 são sinalizados de acordo com os países de origem, ou países em que os principais autores atuaram científica e profissionalmente na maior parte de suas vidas. Dessa forma, apresenta-se a figura 2.

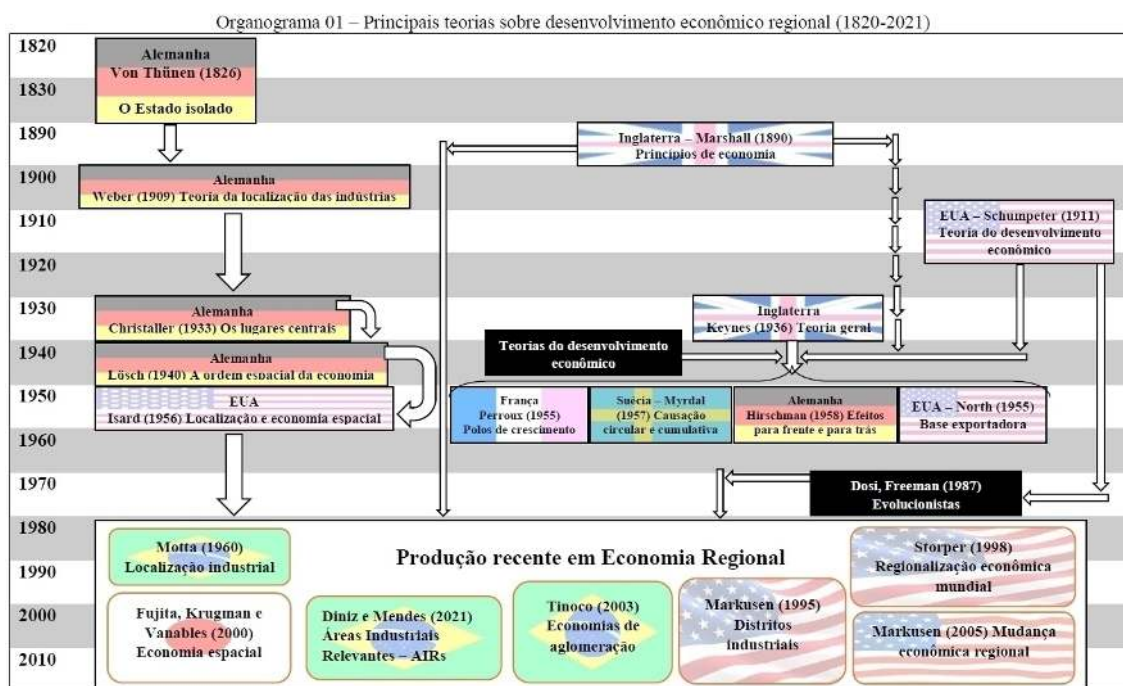


Figura 2 - principais correntes teóricas sobre complexidade geoeconômica regional (1820-2021). Fonte: Adaptado de Monasterio e Cavalcante (2011). Elaboração própria

A partir da figura 2, pode-se observar, na parte inferior um bloco mais amplo, onde foi acomodado a produção científica recente sobre economia regional. Na margem esquerda encontra-se a ordem cronológica dos autores, considerando o ano da publicação da obra principal. Neste sentido, no primeiro grupo da figura 2 (parte esquerda) encontram-se os autores e seus temas de pesquisa sobre as teorias clássicas de localização, as quais evoluíram de forma mais ou menos encadeada desde Von Thünen (1826) até Isard (1956). Pelo predomínio de autores alemães neste grupo, é comum encontrar na literatura a expressão “escola alemã” de teorias clássicas de localização. Esses autores enfatizam as decisões das firmas que, levando em conta o papel dos custos de transporte, procuram determinar a sua melhor localização.

Para Von Thünen (1826), quanto mais próximo da cidade estivesse a produção, maior seria o lucro, pois o custo com o transporte seria baixo ou inexistente. Os produtores localizados próximos das cidades teriam vantagens locais com grandes lucros. Já a ideia central de Weber (1929) era de que a decisão em relação à localização das atividades industriais decorria basicamente de três fatores: os custos de transporte, o custo de mão de obra e um fator local decorrente das forças de aglomeração e desaglomeração das atividades produtivas.

Christaller (1966), por sua vez, centrava atenções no desafio de encontrar uma explicação para o tamanho, a distribuição e o número de cidades num determinado recorte espacial. Deste problema derivou a obra sobre os lugares centrais no Sul da Alemanha, a qual conclui que para se chegar à distribuição espacial dos lugares centrais, eram necessários três princípios básicos: 1) do mercado (menor número possível de centros), 2) do transporte (menor distância possível entre os centros), 3) da administração (menor número possível de centros de ordem superior que comandassem os centros de ordem inferior). Com isso, Christaller (1966) observou que a distribuição das cidades da Alemanha, de certa forma, seguia o princípio do mercado. No entanto, Christaller (1966) constatou algo genial: “conforme se desce na escala urbana, aumenta o número de centros, ou seja, encontram-se poucas cidades grandes e muitas cidades pequenas” (MONASTERIO e CAVALCANTE, 2011, p. 59). Assim, os chamados anéis de Christaller foram fundamentais para explicar o tamanho, a distribuição e o número de cidades no espaço do Sul da Alemanha.

A ideia central de Lösch (1954), ao buscar entender a ordem espacial da economia, propunha uma hierarquia entre as áreas de mercado, as quais tendem a ser maiores na medida em que for menor a densidade da demanda, a elasticidade-preço e os custos de transporte. Assim, as atividades produtivas se adaptariam à estrutura urbana presente em uma região. Por outro lado, Isard (1956), o primeiro de fora da Alemanha no grupo dos teóricos clássicos de localização, identificou que era preciso incorporar novas disciplinas à esta análise para aumentar o seu grau de adequação à realidade tal como ela é. Os trabalhos de Isard (1956) apontam para a orientação industrial (matéria prima, mercado, mão de obra, energia e outros) como fatores determinantes.

Já no segundo grupo teórico, localizado na parte central e direita da figura 2 encontram-se os teóricos da economia regional com base nos fatores de aglomeração. Conforme Monasterio e Cavalcante (2011), apesar da dificuldade de delimitação temporal, as discussões sobre aglomeração das atividades econômicas iniciaram com Marshall (1916), quando desenvolveu a ideia de que os produtores aglomerados em uma dada localização trazem vantagens e que essas vantagens explicam o movimento da aglomeração. Para Marshall (1916), três benefícios principais resultam das aglomerações econômicas: 1) a possibilidade oferecida por um mercado local amplo de viabilizar a existência de fornecedores de insumos na sua escala de atuação; 2) as vantagens com a abundante oferta de mão de obra; e 3) a troca de informações que ocorre quando empresas de um mesmo setor ou setores próximos estão situadas próximas umas das outras.

Apesar de Marshall (1916) ter sido enfático sobre esses benefícios no final do século XIX, a partir de 1950 o conceito de aglomeração passou a ser mais utilizado para interpretar movimentos de crescimento e desenvolvimento regional. Paralelamente, embora o conceito de aglomeração tenha sido caro à Perroux (1955), Myrdal (1957), Hirschman (1958) e North (1955); são autores que não foram diretamente influenciados por Marshall, mas são facilmente identificadas as influências que tiveram de Schumpeter e Keynes. Por essa razão, na figura 2, as setas que ligam Schumpeter e Keynes aos autores supramencionados são contínuas, indicando uma influência direta; mas as setas pontilhadas, ligando Marshall a esses autores, indicam uma influência indireta.

Na parte central e direita da figura 2, encontra-se Perroux (1955), cuja ideia central era a dos polos de crescimento, muito utilizada na formulação de políticas de desenvolvimento regional, a qual recebeu influência de Schumpeter (1911) a respeito do papel do progresso técnico e das inovações na dinâmica capitalista. Para Perroux (1955), o crescimento econômico não ocorre de forma homogênea no espaço, mas se manifesta em diferentes polos de crescimento, com intensidades variáveis, expandindo-se por diversos canais e com efeitos finais variáveis em toda a economia. Isso significa que um polo industrial complexo teria condições de modificar seu meio geográfico imediato, cujo fator determinante de mudança econômica espacial decorreria de uma indústria motriz. Os estímulos que as empresas motrizes recebem do Estado, a exemplo do que fez parte das políticas de desenvolvimento local implementadas nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos a partir de 1950 (Itália, EUA, França,

Rússia e o próprio Brasil) faz parte das ideias de Perroux (1955) para os planos de crescimento econômico. Markusen (1996) chamou a ideia central de Perroux de “distrito centro-radial”, ou seja, um arranjo produtivo que se desenvolve ao redor de uma espécie de empresa motriz que desempenha o papel âncora. No entanto, as ideias de Perroux passaram a ser muito criticadas a partir de 1970, principalmente porque em algumas regiões a implementação das mesmas não deram os resultados esperados. Isso levou ao fracasso do planejamento econômico regional com base na teoria dos polos de crescimento de Perroux.

Consequente, aparece a ideia da causação circular e cumulativa, do sueco Myrdal (1957). Para o autor, os mecanismos de desenvolvimento econômico são reforçados mutuamente pelas forças de mercado e conduzem as regiões por caminhos distintos. Myrdal (1957) sustentou que haveria uma espécie de interrelação causal e circular nos fatores ligados à questão do desenvolvimento. Sua hipótese de causação circular e cumulativa teria validade no campo das relações sociais, pois “o jogo das forças de mercado opera no sentido da desigualdade” (Myrdal, 1957, p. 39). Assim, até mesmo a atuação do Estado, pelas políticas públicas com papel de diminuição das desigualdades sociais, seria para acentuá-las, pois tais políticas possuiriam um efeito mais eficiente nas regiões desenvolvidas do que nas subdesenvolvidas. Somente depois de certo tempo, com a ascensão econômica das regiões centrais, os mecanismos centrífugos passariam a atuar de maneira a melhorar os indicadores sociais de regiões mais pobres. Entretanto, isso seria insuficiente para levar a uma queda abrupta nas desigualdades sociais.

De maneira oposta à Myrdal (1957), que vê as desigualdades como um problema, Hirschman (1958) considerou a desigualdade uma necessidade ou até um requisito do processo de desenvolvimento. O autor destacou que o desenvolvimento econômico, ao invés de marcado por uma trajetória de crescimento contínuo, possui saltos e contratempos que se caracterizam em desequilíbrios de importância para o processo. Esses desequilíbrios seriam uma forma de a região ser economicamente potencializada. Em suas palavras, “[...] as desigualdades internacionais e interregionais de crescimento são condição inevitável e concomitante do próprio processo de crescimento” (HIRSCHMAN, 1958, p. 36). Neste contexto, a questão regional é discutida a partir dos conceitos de efeitos para frente e efeitos para trás. Os efeitos para trás expressam as externalidades decorrentes da implantação de indústrias, que ao aumentarem a demanda por insumos nos setores a montante, viabilizaria suas escalas de produção numa determinada região. Os efeitos para frente seriam resultado da oferta de insumos, que tornaria viáveis inúmeros setores posicionados a jusante das indústrias, isto é, para frente das indústrias (MONASTERIO e CAVALCANTE, 2011).

Por fim, fechando o grupo de autores que versam sobre o desenvolvimento econômico regional e complexidade geoeconômica, aponta-se para North (1955), que apresentou a tese de que o desenvolvimento econômico regional estaria ligado a uma base exportadora. Ele contestava a ideia de que o desenvolvimento aconteceria em etapas sucessivas, mas admitiu que talvez isso tenha ocorrido em algumas regiões da Europa, o que não se aplicaria a outras experiências, como nos países das Américas. Para North (1955), a atividade exportadora induz o aparecimento de polos de distribuição e cidades, nas quais surgem e se desenvolvem atividades de processamento industrial e outros serviços associados ao produto de exportação. North (1955) ressaltava que a diversificação setorial é resultado daquilo que deu certo nas atividades de base, e não o resultado do esgotamento do setor primário, por exemplo. Ademais, a industrialização seria incapaz de garantir que o desenvolvimento regional continue a longo prazo, uma vez que ele estaria atrelado ao resultado do sucesso da base exportadora (Tiebout (1956) apresentou várias críticas à ideia central de North, dentre elas uma limitação intelectual de acreditar que a base exportadora é responsável por todo o dinamismo econômico regional). Apesar das críticas recebidas, pode-se verificar as ideias de North (1955) nos planos de desenvolvimento regional até os dias de hoje.

Com efeito, apesar de as teorias apresentadas salientarem as decisões do ponto de vista da firma, a partir dos anos 1980, com os avanços nos processos de modernização produtiva e o advento da globalização, outros autores se destacaram. Storper (1998), por exemplo, salientou que a globalização é a expansão dos fluxos diretos de bens (tecnologia, equipamentos, produtos) e capitais (ativos reais e financeiros) para além das linhas fronteiriças que dividem os países.

Ademais, os monopólios e os oligopólios produtivos imprimem sobre as economias regionais barreiras que muitas vezes impedem determinadas regiões de alcançar níveis de desenvolvimento além dos existentes (STORPER, 1998). Diante disso, no ambiente de turbulência do capitalismo empresarial, novas estratégias requerem das empresas regionais a consideração sobre as necessidades dos

consumidores de diferentes partes do mundo, isto é, com variações de região para região. Portanto, os dois grandes blocos teóricos que aparecem na figura 2 sintetizam as linhas de pensamento sobre complexidade econômica regional e aglomerações econômicas do século XIX em diante. Essa matriz de pensamento, concordando-se ou não, deve ser levada em conta para o apontamento de novos conceitos condizentes com as dinâmicas produtivas regionais atuais. A nova geografia econômica e a complexidade geoeconômica que se dará atenção no próximo item, não podem partir do nada. É necessário considerar a composição teórica que trouxe o debate para a realidade atual. Diante disso, caberiam outros autores neste breve estado da arte, mas buscou-se alocar aqueles que possuem maior familiaridade com o tema da complexidade econômica regional, cujos escritos servem de base para o debate sobre a nova geografia econômica.

Neste contexto, a região Oeste catarinense faz parte da grande porção interiorana do Brasil que se desenvolveu rapidamente com o uso intensivo de tecnologias nos processos produtivos (VON DENTZ, 2022). Assim, se confirma uma nova geografia econômica regional, na qual as forças de aglomeração regionais e a complexidade geoeconômica do ponto de vista tecnológico passam a cumprir novos papéis. A esse respeito, sobre a região Oeste catarinense, tratar-se-á no próximo tópico.

COMPLEXIDADE GEOECONÔMICA E ECONOMIAS DE AGLOMERAÇÃO: APROXIMAÇÕES COM A REGIÃO OESTE CATARINENSE

Conforme os escritos de Espíndola (1999), Goularti Filho (2016) e von Dentz (2022), o Oeste catarinense possui uma trajetória econômica relativamente recente, uma vez que as primeiras unidades processadoras de carnes surgiram por volta de 1960. O fato de se tratar de uma região “jovem”, não significa dizer que a mesma ficou para trás do ponto de vista das estruturas produtivas que se desenvolveram. Ao contrário, trata-se de um recorte regional no qual o desenvolvimento dos setores produtivos aconteceram a la Schumpeter (refere-se ao entendimento de que o progresso técnico apresenta uma natureza caracterizada pela continuidade e descontinuidade, um ritmo associado ao seu dinamismo e uma direção relacionada aos melhoramentos, adaptações e rupturas. Assim, o progresso técnico é fruto da combinação do dinamismo econômico, da ciência e das estruturas sociais. Destacam-se as competências acumuladas historicamente, o ambiente e a seleção, que tendem a validar ou não uma inovação realizada por meio de sua aplicação e/ou difusão), isto é, incorporando intensidade tecnológica cada vez maior, adaptada às características produtivas regionais, de modo a promover o aumento sucessivo da produtividade do trabalho humano e do trabalho mecânico nas unidades produtivas (com base na ideia do trabalho empreendedor).

Neste sentido, trata-se de uma região reconhecida local, nacional e internacionalmente pelo seu potencial produtivo ligado as cadeias produtivas de frangos, suínos, leite e bovinos. Destes segmentos produtivos, formou-se, com sucessivas etapas de transbordamento do capital acumulado, uma complexidade geoeconômica regional compreendida no conjunto das atividades econômicas encontradas nas economias de aglomeração presentes na referida região. Essa complexidade envolve instituições públicas e privadas dedicadas à produção de pesquisa, inovação e novas tecnologias voltadas ao desenvolvimento da economia regional.

Do posto, corrobora-se com a constatação da expansão das AIRs (DINIZ e MENDES, 2021). Entretanto, adiciona-se a definição de economias de aglomeração (TINOCO, 2003). Para Tinoco (2003, p. 49-50), entende-se por

Economias de aglomeração todo ganho de produtividade do agente advindo de sua co-localização com outros agentes. [...] Não é mais o estudo da localização industrial que interessa. Mas sim o estudo do crescimento das cidades e das indústrias que aí se localizam. As economias de aglomeração passam a não ser mais responsáveis apenas por atrair empresas a se localizar em uma cidade. Muito mais que isso, são responsáveis (não os únicos, obviamente) pelo dinamismo e pela capacidade de crescimento das empresas que aí se instalaram.

Nestes termos, um dos resultados da complexidade econômica nacional, estadual e regional foi a emergência de novos negócios. Na região Oeste catarinense, os novos negócios que emergiram impõem sobre a dinâmica geoeconômica regional uma teia de setores produtivos muito integrados e competitivos. São negócios como a produção de casinhas para cachorros que surgem como opção viável, pois, anterior ao seu surgimento, havia um setor madeireiro e moveleiro pujantes. Assim, com a introdução de adaptações, o novo segmento passa a compor a dinâmica produtiva regional tratando-se de um segmento incorpora novos processos e produtos.

Por outro lado, os negócios de linhas mais sofisticadas de produção, como o segmento de iluminação de casas e apartamentos era uma necessidade regional, uma vez que se pagava mais caro para trazer luminárias cheias de detalhes do litoral de Santa Catarina, de São Paulo, do Paraná ou do Rio Grande do Sul. Esses novos negócios, por mais insignificantes que possam parecer, cumprem um papel essencial de oxigenação e aperfeiçoamento da complexidade econômica regional. Abrem-se possibilidades de manutenção e ampliação de fontes de renda, ao mesmo tempo em que são negócios destinados, num primeiro momento, a suprir a demanda regional e, num segundo momento, a se expandir para novos mercados consumidores no Brasil e no exterior.

Neste sentido, para mostrar em dados concretos os negócios que mais cresceram e os que perderam força na região Oeste catarinense recorre-se aos registros do Cadastro Central de Empresas do IBGE. Numa série histórica, sem considerar o tamanho das empresas (pequena, média ou grande), em dezenove diferentes segmentos econômicos é possível notar a diferença de comportamento da criação e fechamento de novos negócios, dependendo do setor econômico abordado. Assim, no quadro 1 é possível perceber tal comportamento entre os anos 2006 e 2019, considerando-se os dados dos 118 municípios da mesorregião Oeste catarinense.

Ano	2006	2008	2010	2012	2014	2016	2018	2019	(%) de variação 2006- 2019
Nº de empresas por setor									
Eletricidade e gás	22	45	52	60	60	68	89	201	813%
Atividades imobiliárias	187	228	338	449	620	691	847	1.364	629%
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	318	330	351	346	455	513	624	1.130	255%
Construção civil	903	1.116	1.711	1.994	2.490	2.522	2.588	3.129	246%
Atividades profissionais, científicas e técnicas	1.115	1.277	1.612	1.689	1.953	2.246	2.612	3.167	184%
Saúde humana e serviços sociais	969	1.147	1.234	1.337	1.467	1.637	2.008	2.420	149%
Educação	743	735	798	617	700	1.263	1.334	1.417	90%
Atividades administrativas e serviços complementares	1.609	1.725	1.828	1.863	2.152	2.225	2.465	2.794	73%
Informação e comunicação	548	500	608	657	737	736	756	872	59%
Administração pública, defesa e seguridade social	243	250	293	316	346	357	388	371	52%
Águas, esgoto, atividades de resíduos e descontaminação	95	109	120	118	120	104	131	145	52%
Transporte, armazenagem e correio	4.831	4.839	5.389	5.727	6.720	6.322	6.154	6.513	34%
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	490	501	516	510	538	495	473	598	22%
Indústria de transformação	5.061	5.196	5.671	5.479	5.681	5.507	5.577	5.972	18%
Indústrias extrativas	42	40	50	49	59	53	47	47	12%
Comércio, reparação de veículos e motocicletas	18.763	19.471	20.194	19.380	19.437	18.052	17.648	18.410	-0,2%
Artes, cultura, esporte e recreação	1.339	1.447	1.388	1.326	1.225	1.141	1.127	1.118	-19%
Alojamento e alimentação	2.899	2.979	3.124	2.637	2.583	2.341	2.259	2.280	-27%
Outras atividades de serviços	5.745	5.676	5.831	5.748	5.094	3.449	2.846	2.692	-113%
Total	45.922	47.611	51.108	50.303	52.473	49.722	49.973	54.640	19%

Quadro 1 - Evolução do número de empresas por setor da economia na mesorregião Oeste catarinense (2006-2019). Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas, 2019.

Conforme demonstrado no quadro 1, a região Oeste catarinense saiu de 45,9 mil empresas no ano de 2006 para 54,6 mil empresas no ano de 2019, um crescimento de 19% no período. Destaca-se o expressivo crescimento ocorrido entre 2018 e 2019, quando quase 5 mil empresas foram criadas na região. Isso ocorre imediatamente após a aprovação da reforma trabalhista no congresso nacional em novembro de 2017, a qual estabeleceu flexibilizações das relações de trabalho concomitantemente ao incentivo à criação de empresas individuais. Entretanto, chama atenção o comportamento distinto ocorrido entre os setores econômicos do quadro 1.

No período 2006-2019, o setor de eletricidade e gás passou de 22 empresas para 201 empresas (crescimento de 813%). O setor de atividades imobiliárias passou de 187 para 1.364 empresas (aumento de 629%). Tanto o setor de eletricidade e gás quanto o setor de atividades imobiliárias apresentaram crescimento ininterrupto no período. Destaca-se também o crescimento nos seguintes setores: atividades financeiras, seguros e serviços relacionados (255%); construção civil (246%); atividades profissionais, científicas e técnicas (184%); setor de saúde humana e serviços sociais (149%); educação (90%); administração pública, defesa e seguridade social (52%); atividades administrativas e serviços complementares (73%); informação e comunicação (59%); transporte, armazenagem e correio (34%); água, esgoto, atividades de resíduos e descontaminação (52%); agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (22%). Ademais, o quadro 1 demonstra que ocorreu diminuição do número de empresas em quatro setores, com destaque para o setor de outras atividades e serviços, com perda de mais de 3 mil empresas (-113% de variação); o setor de alojamento e alimentação teve queda de 27% e o setor de artes, cultura, esporte e recreação apresentou queda de 19% no número de empresas.

Os setores econômicos apresentados no quadro 1, para além das variações sinalizadas em função do aumento ou diminuição do número de empresas, são interdependentes e constituem conjuntamente a força motriz das aglomerações geoeconômicas regionais. Neste sentido, corrobora-se com Lins (2017), uma vez que a estrutura central da origem de capital ligado às agroindústrias foi preservada, mas ocorreram ganhos na diversificação produtiva, pois outros setores demonstraram crescimento após 2005, como é o caso dos setores de lácteos, energia elétrica, construção civil, moveleiro e negócios imobiliários. Essa diversidade de setores, que conjuntamente apresentam o conteúdo da complexidade geoeconômica regional, pode ser melhor apreendida quando apresentada (Quadro 2) dentro das quatro economias de aglomeração identificadas na mesorregião Oeste catarinense, conforme aparece no quadro 2 (a indicação de quatro economias de aglomeração na mesorregião Oeste catarinense não é fechada, estanke ou que impossibilita reposicionar um ou outro município à uma ou outra economia de aglomeração. Mas é o resultado da interpretação do conjunto de dados geoeconômicos, que entrelaçou o grau de dependência e hierarquia dos municípios em relação ao papel de centralidade que as empresas da região exercem umas sobre as outras, nas distintas atividades econômicas e serviços. No caso dos serviços, levou-se em conta o atendimento à população pela presença de agências bancárias (Von Dentz, 2022). No caso das atividades econômicas, considerou-se: as maiores empresas da região (Grupo Amanhã, 2019) e o número de empresas de cada município (IBGE, 2020).

Conforme os dados do quadro 2, apesar da constatação de uma expressiva presença das empresas no setor agroalimentar, pode-se ir além, na medida em que for considerado o fato de as grandes empresas, ao investirem na inovação de processos e produtos, na conquista de novos mercados (nacionais e internacionais), em ganhos de produtividade e na expansão da capacidade de processamento; permitiu-se que diferentes cadeias de novos negócios pudessem surgir e se desenvolver na região. As empresas dos setores de máquinas e equipamentos (exemplo: Torfresma, em São Miguel do Oeste), de inovação no setor energético (exemplo: Renovigi, em Chapecó), dentre outras; são exemplos do transbordamento do capital regional para outros setores produtivos, ou seja, para compor um processo de constituição da complexidade geoeconômica regional.

Economias de aglomeração	População residente (2019)	PIB (x mil, 2018)	Agências bancárias (2020)	Total de empresas (2019)	Principais setores de atuação das empresas
Caçador e Videira (Caçador, Videira, Fraiburgo, Treze Tílias, Lebon Régis, Tangará, Água Doce, Arroio Trinta, Salto Veloso, Rio das Antas, Ibicaré, Pinheiro Preto, Calmon, Matos Costa, Iomerê, Ibiam, Macieira). 17 municípios	237.644	9.294.314	27	20.211	Madeira e cultivo florestal, couro e calçados, papel e celulose, plástico e borracha, máquinas e equipamentos, energia, prestação de serviço em água e esgoto.
Concórdia e Joaçaba (Concórdia, Joaçaba, Capinzal, Piratuba, Herval d'Oeste, Catanduvas, Vargem Bonita, Ipumirim, Itá, Irani, Ponte Serrada, Xavantina, Luzerna, Ouro, Erval Velho, Passos Maia, Arabutã, Jaborá, Lindóia do Sul, Lacerdópolis, Peritiba, Ipira, Alto Bela Vista, Presidente Castello Branco). 24 municípios	256.416	10.632.791	31	25.486	Alimentos e bebidas, transporte e logística, saúde, construção e imobiliário, madeira e cultivo florestal, nutrição animal, energia, turismo e hotelaria.
Chapecó e Xanxerê (Chapecó, Xanxerê, São Lourenço do Oeste, Pinhalzinho, Xaxim, Seara, Abelardo Luz, Faxinal dos Guedes, São Carlos, Quilombo, Coronel Freitas, São Domingos, Saudades, Nova Erechim, Guatambu, Cordilheira Alta, Modelo, Águas de Chapecó, Nova Itaberaba, Ipuacu, Galvão, Águas Frias, Vargeão, Planalto Alegre, Caxambu do Sul, Bom Jesus, Serra Alta, Saltinho, União do Oeste, Formosa do Sul, Arvoredo, Jupiá, São Bernardino, Marema, Santiago do Sul, Sul Brasil, Jardinópolis, Novo Horizonte, Irati, Cunhatai, Coronel Martins, Entre Rios, Ouro Verde, Lajeado Grande, Paial). 45 municípios	538.963	20.912.287	57	59.770	Cooperativa de produção, alimentos e bebidas, comércio de atacado e varejo, papel e celulose, couro e calçados, financeiro, automotivo, energia.
São Miguel do Oeste (São Miguel do Oeste, Maravilha, Dionísio Cerqueira, Itapiranga, Palmitos, Cunha Porã, São José do Cedro, Campo Erê, Iporã do Oeste, Mondai, Guaraciaba, Descanso, Palma Sola, São J. do Oeste, Guarujá do Sul, Caibi, Anchieta, Riqueza, Tunápolis, Iraceminha, Romelândia, Paraíso, Belmonte, Santa Helena, Bom Jesus do Oeste, Santa Terezinha do Progresso, Bandeirante, Princesa, Tigrinhos, Flor do Sertão, Barra Bonita, São M. da Boa Vista). 32 municípios	261.205	9.289.543	30	26.541	Cooperativa de produção, móveis, madeira e cultivo florestal, energia, máquinas e equipamentos.
Total	1.294.228	50.128.935	145	132.008	-

Quadro 2 - Síntese dos dados geoeconômicos das economias de aglomeração da região Oeste catarinense. Fonte: IBGE (2019); IBGE (2018); Febraban (2020)

O quadro 2 chama atenção para um certo equilíbrio nos dados de população residente (cerca de 250 mil habitantes), PIB (cerca de R\$10 bilhões) e agências bancárias (cerca de 30) das economias de aglomeração de Concórdia e Joaçaba, de São Miguel do Oeste e de Caçador e Videira. Diferentemente da economia de aglomeração de Chapecó e Xanxerê, que ultrapassa os 500 mil habitantes, os R\$20 bilhões de PIB e totaliza 57 agências bancárias. Dessa forma, as três primeiras economias de aglomeração citadas convergem para uma complementação econômica em relação a Chapecó, quando se trata de acesso aos serviços e atividades mais especializadas, como: aeroporto, agências bancárias de bancos específicos, especialidades médicas, dentre outros. Por essas razões, a cidade de Chapecó atrai investimentos sobretudo no setor imobiliário, uma vez que possui maior oferta de serviços especializados na região para projetos, execução de obras e acabamento e refinamento dos produtos da

construção civil. Com isso, a aglomeração econômica de Chapecó e Xanxerê se destaca por conta de um crescimento regional que converge para sua centralidade urbana.

Diante disso, na figura 3 é possível verificar o recorte espacial das quatro economias de aglomeração sinalizadas no quadro 2, a importância dos municípios em cada economia de aglomeração a partir do número de empresas, bem como seus setores produtivos. A figura 3 também permite, pela coloração dos municípios, identificar a qualidade de vida (PNUD, 2010). Dessa forma, apresenta-se a figura 3.

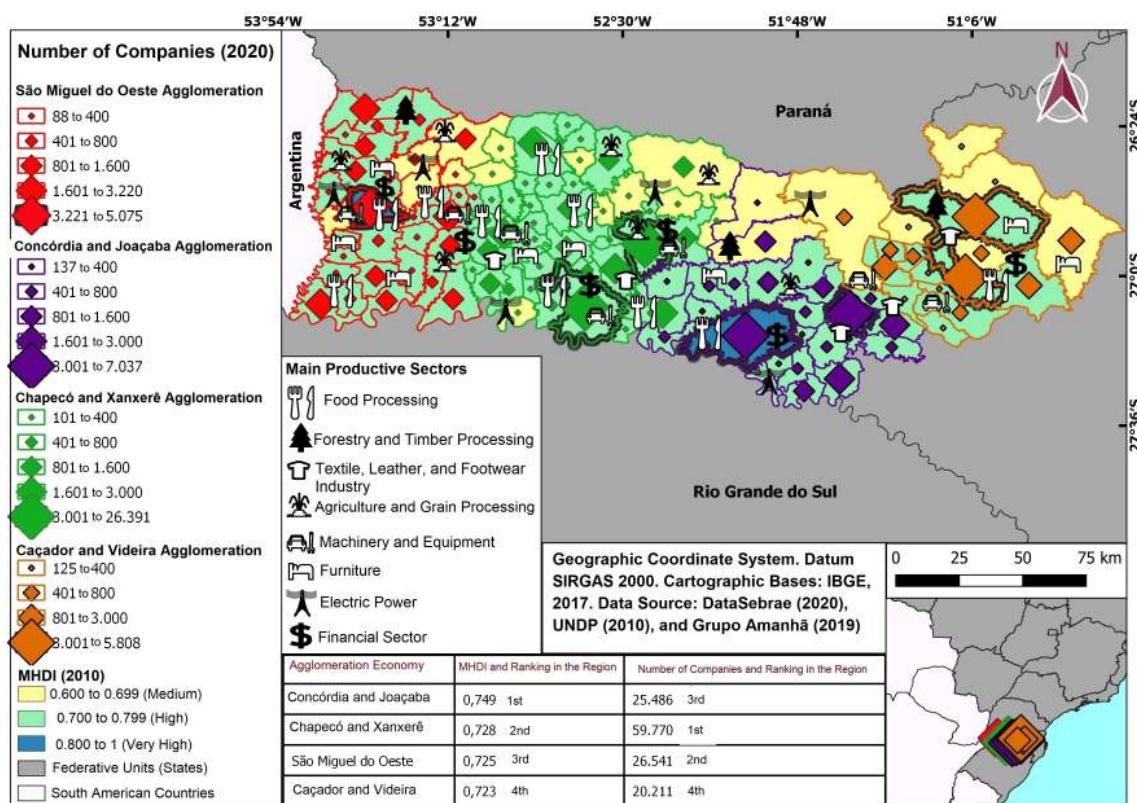


Figura 3 - espacialidade das economias de aglomeração do Oeste catarinense: número de empresas (2020), IDHM (2010) e principais setores produtivos (2019). Fonte: DataSebrae (2020), Pnud (2010) e Grupo Amanhã (2019). Adaptado de von Dentz (2022)

Conforme a figura 3, a qualidade de vida nas quatro economias de aglomeração (PNUD, 2010) apontam para certa similaridade nos números, de modo que todas elas se encontram com IDHM entre 0,700 e 0,799 – considerado de alto desenvolvimento humano para a Pnud-ONU. No entanto, a economia de aglomeração de Concórdia e Joaçaba apresentou a melhor qualidade de vida da região (média de 0,749). Já Caçador e Videira foi a economia de aglomeração com menor IDHM (média de 0,723).

Ademais, a localização das empresas nas diferentes economias de aglomeração denota uma caracterização produtiva da região Oeste catarinense que vai além da costumeiramente conhecida de produtora de alimentos (Figura 3). Destacam-se os setores de energia elétrica, móveis, máquinas e equipamentos, cultivo florestal e processamento de madeira, setor têxtil, couro e calçados e o setor financeiro. Do posto, evidencia-se a capacidade do capitalismo de espalhar as empresas pela região, mas com um preenchimento desproporcional de suas áreas no espaço regional, ou seja, há um caráter desigual impregnado no espaço quando se parte da variável “número de empresas” e sua localização. Smith (1998, p. 188) salienta que “a teoria da localização começa com a suposição de uma dada paisagem diferenciada, e então examina as decisões locais das empresas individuais. Na medida em que a estrutura localizacional – a geografia do capitalismo – é vista como historicamente mutável, essa mudança é tratada como a soma aritmética dessas decisões”. Daí a relevância de estudos sobre as

decisões empresariais, que são diferentes dependendo do setor de atuação e da sua localização, uma vez que as dinâmicas setoriais se distinguem e estão em constante processo de transformação.

Na economia de aglomeração de Concórdia e Joaçaba destaca-se o setor de alimentos, mas também de transporte e logística, saúde, construção imobiliária, madeira e cultivo florestal, turismo e hotelaria, nutrição animal e energia. Na economia de aglomeração de Caçador e Videira, se destacam as empresas dos setores de madeira e cultivo florestal, papel e celulose, couro e calçados, plásticos e borrachas, máquinas e equipamentos, de energia e serviços em água e esgoto. Na economia de aglomeração de Chapecó e Xanxerê, a mais poderosa do ponto de vista econômico, destacam-se as empresas dos setores de alimentos, cooperativas de produção e comércio de atacado e varejo; no entanto, também se destacam os setores de energia, papel e celulose, couro e calçados, financeiro e automotivo. Por fim, na economia de aglomeração de São Miguel do Oeste, se destacam as empresas dos setores de móveis, máquinas e equipamentos, cooperativa de produção, energia e de madeira e cultivo florestal (Figura 3).

Diante disso, as análises empíricas, alinhadas com a discussão teórica dos distritos industriais centro-radiais (Markusen, 1995), exigem um certo número de empresas ou unidades industriais de maior relevo econômico que atuam como firmas-chave. Essas firmas atuam como eixos da economia regional, atraindo para seu entorno inúmeros fornecedores e outras atividades correlatas. Daí a defesa da ideia de que é preciso estudar, na nova geografia econômica regional, o papel dessas firmas para entender a dinâmica geoeconômica regional, já não mais simplificada, mas num grau de complexidade produtiva interessante. Consequente,

Se esses empreendimentos se desenvolvem ao ponto de criar uma massa crítica de serviços e de empregos qualificados, é de se esperar por um processo de diversificação no qual as novas firmas mais se beneficiariam das economias de urbanização e de aglomeração agora existentes do que de uma maior proximidade com as atividades-eixo do distrito. Distritos Centro-Radiais podem assim exibir tanto uma teia mais firme de ligações – na qual pequenas firmas são altamente dependentes da demanda ou da oferta das mais importantes – quanto um caráter mais nuclear, quando aquelas fundamentalmente usufruem das economias de aglomeração proporcionadas pelas firmas-eixo do distrito, sem necessariamente tê-las como compradoras ou fornecedoras (MARKUSEN, 1995, p. 22).

Portanto, empresas grandes com matrizes ou filiais no Oeste catarinense, tais como: Aurora Alimentos, BRF Brasil Foods, Cooperativa Alfa, Guararapes Papéis, Dass confecções, Torfresma, Renovigi, dentre outras; cumprem as funções explanadas por Markusen (1995), na medida em que atraem novas empresas atreladas aos seus setores de atuação ou em novos setores. Dependendo da variedade de empresas presentes na complexidade geoeconômica regional, podem ser dominadas por muitas firmas grandes e verticalmente integradas, em um ou mais setores. No Oeste catarinense, foi possível perceber que há uma variedade de setores econômicos nos quais as principais empresas atuam, o que faz com que a região seja dominada por várias empresas, inclusive no próprio setor agroalimentar que é o mais pujante. Diante disso, torna-se indispensável a inclusão de atores e seus comportamentos sob limitações, nas análises regionais, se geógrafos econômicos e economistas regionais quiserem ir além da mera descrição do cenário regional. A ideia é que, sob limitações, o artigo aqui desenvolvido sobre complexidade geoeconômica possa ter contribuído para essa perspectiva.

CONCLUSÕES

Diante do exposto, destacam-se quatro considerações finais, não fechadas, mas em movimento, assim como é a realidade econômica e social de um determinado espaço geográfico:

- 1) Existe uma complexidade geoeconômica verificada em diferentes setores produtivos da região Oeste catarinense que se desdobra na diversificação e paralelamente na especialização da produção regional.
- 2) As economias de aglomeração da região Oeste catarinense se formaram a partir de uma matriz produtiva baseada nos agronegócios, mas hoje vai além deles, na medida em que se intensifica o uso de tecnologias nos processos de produção e proporciona o transbordamento de capital para outros setores.

Daí que as economias de aglomeração regionais servem de forças de expansão contíguas (próximas) e não contíguas (distantes), a partir do espraiamento de diferentes negócios pelas cidades da região, como resultado do pensar estratégico das empresas para materialização das suas atuações. Disto, determinada empresa pode estar sediada em Chapecó, mas ter filiais espalhadas pela região e até mesmo além do recorte regional aqui analisado.

3) A emergência de novos negócios aprofundou o grau de complexidade regional, apesar disso, ainda há espaço para aumentar o desenvolvimento produtivo. Esse é um dos fatores que as empresas esperam para o futuro, ou seja, crescer no grau de sofisticação dos seus produtos e no alcance de novos mercados nacionais e internacionais. Entretanto, para isso, desafios se fazem presentes, tais como: a certificação de produtos, a adequação aos padrões das novas exigências de consumo, adequações sanitárias (sobretudo nos segmentos agroalimentares), dentre outros. A demanda por novos investimentos privados é um desafio que se sobressai, ao envolver inovações para novos processos e produtos.

4) A complexidade geoeconômica verificada no Oeste catarinense é característica de uma região que se desenvolveu em um país periférico do sistema capitalista. Portanto, é uma complexidade que ainda não desenvolveu a tecnologia mais avançada para produzir microchips, semicondutores e até mesmo as máquinas que são utilizadas no interior das unidades produtivas.

Do posto, apreender a complexidade geoeconômica em dinâmicas econômicas regionais, como se buscou sobre o Oeste catarinense, envolve um esforço de retomada histórica de tentativas de compreensão das dinâmicas econômicas regionais. Entretanto, a dinâmica recente tem mudado bastante os complexos produtivos, o que impede que as leituras antigas sejam consideradas as mais adequadas para entender a complexidade geoeconômica de agora. É necessário que um esforço constante de aperfeiçoamento das capacidades de análise ocorra, sob pena de a geografia econômica estar prendendo-se ao que já passou para explicar o que está aí, ou seja, os avanços incorporados pelos complexos produtivos, sejam eles técnicos, científicos ou informacionais.

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq – Processo nº 151184/2022-4), pelo apoio financeiro destinado às pesquisas que originaram este artigo, na forma de concessão de bolsa na modalidade Pós Doutorado Júnior (PDJ), entre janeiro de 2023 e abril de 2024.

REFERÊNCIAS

- BIELSCHOWSKY, R. Estratégia de investimento nas três frentes de expansão da economia brasileira na década de 2000. In: *Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro*. Brasília: IPEA. p. 115-133. 2014.
- CHRISTALLER, W. *Central places in Southern Germany*. Prentice-Hall/ Englewood Cliffs. 1966.
- CORRÊA, R. L. *Região e organização espacial*. São Paulo, 7ª Edição: Editora Ática. 2000.
- DATASEBRAE. *Total de empresas em Santa Catarina*. 2020. Available at: . Accessed on: Feb. 23 2024.
- DINIZ, C. C. *Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração nem continua Polarização*. Nova Economia, v. 3, n 1. 1993.
- DINIZ, C. C.; CROCCO, M. A. *Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira*. Nova Economia, v. 6, n. 1. 1996.
- DINIZ, C. C.; MENDES, P. S. *Tendências regionais da indústria brasileira no século XXI*. Texto para discussão, Nº 2640, IPEA, Rio de Janeiro. 2021.
- ESPÍNDOLA, C. J. *As agroindústrias no Brasil: o caso Sadia*. Chapecó. Grifos. 1999.
- FEBRABAN. *Federação Brasileira dos Bancos. Agências e postos bancários por município*. 2020. Available at: <https://www.buscabanco.org.br/Estatisticas>. Acesso: 08 mar. 2024.

GOULARTI FILHO, A. A formação econômica de Santa Catarina. 3ª ed. Florianópolis: Ed. UFSC. 2016.

GRUPO AMANHÃ. 100 maiores empresas de Santa Catarina. 2019. Available at: . Accessed on Feb. 23 2024.

HIRSCHMAN, A. O. Estratégia do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura. 1961.

IBGE. Divisão regional do Brasil. Rio de Janeiro. 1990. Available at: < <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html?edicao=16163>>. Accessed on: Mar. 11 2024.

IBGE. Cadastro Central de Empresas. 2019. Available at: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6449>. Accessed on: Apr. 29 2024.

IBGE. Estimativas da população. Rio de Janeiro. 2019. Available at: [https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?&t=resultados](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?) HYPERLINK

"<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?&t=resultados>"& HYPERLINK

"<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?&t=resultados>". Acesso: 26 fev. 2024.

ISARD, W. Location and space economy: a general theory relating industrial location, markets areas, land use, trade and urban structure. Cambridge: MIT Press. 1956.

LINS, H. N. Mudanças econômicas e possibilidades dos territórios: observações sobre a trajetória recente do Oeste de Santa Catarina. Revista catarinense de Economia, v. 1, n. 1. Florianópolis/SC. 2017. pp. 94-119.

LÖSCH, A. Die räumliche ordnung der wirtschaft. Jena: Gustav Fischer, 1940. Translation: The economics of location. New Haven-CN: Yale University Press. 1954.

MARKUSEN, Ann. Áreas de atração de investimentos em um espaço econômico cambiante: uma tipologia de distritos industriais. Revista Nova Economia. Belo Horizonte, v. 5, n. 2. 1995. pp. 9-44.

MARKUSEN, Ann. Sticky places in slippery space: a typology of industrial districts. Economic geography, v. 72, n. 3, 1996. p. 293-313.

MARSHALL, Alfred. Principles of Economics. 7ª edição. Editora palgrave macmillan. 1916.

MONASTERIO, L.; CAVALCANTE, L. R. Fundamentos do pensamento econômico regional. In: CRUZ, B. de O.; FURTADO, B. A.; MONASTERIO, L.; JÚNIOR, W. R. Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil. Brasília: Ipea. 2011.

MYRDAL, G. Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas. Belo Horizonte: Biblioteca Universitária – UFMG. 1960.

NORTH, D. Location theory and regional economic growth. Journal of Political Economy, v. 63, n. 3, 1955. p. 243-58.

PERROUX, F. O conceito de polo de desenvolvimento. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). Economia regional: textos escolhidos. Belo Horizonte: Cedeplar, 1955. p. 145-156.

PNUD. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. 2010. Available at: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html>. Accessed on: Apr. 12 2024.

SCHUMPETER, J. A. Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Nova Cultural. 1982.

SMITH, Neil. Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço. Editora Bertrand Brasil S.A: Rio de Janeiro-RJ. 1988.

STORPER, M. The regional world: territorial development in a global economy. London, Guilford Press. 1998.

TIEBOUT, C. M. Exports and regional economic growth. The Journal of Political Economy, v. 64, n. 2, 1956. p. 160-164.

TINOCO, A. Das economias de aglomeração às externalidades dinâmicas de conhecimento. Revista Estudos urbanos e regionais. V. 5. n. 1, 2003. p. 47-61.

VON DENTZ, E. A dinâmica geoeconômica da mesorregião Oeste catarinense: dos agronegócios à complexidade econômica regional. 2022. 484 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2022.

VON THÜNEN, J. H. The isolated state. New York: Pergamon Press. 1966.

WEBER, A. Theory of the location of industries. Chicago: University of Chicago Press. 1929.

Afiliação dos Autores

Von Dentz, E. - Professor da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza (CE), Brasil
Espíndola, C.J. - Professor da Universidade Federal de Santa Catarina (SC), Brasil

Contribuição dos Autores

Von Dentz, E. - O autor contribuiu na elaboração, realização e manipulação de dados e redação
Espíndola, C.J. - O autor contribuiu na elaboração, redação e revisão

Editores Responsáveis

Alexandra Maria Oliveira
Alexandre Queiroz Pereira